



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO PRÉVIO

PROJETO DE LEI Nº : 68/2023

INICIATIVA : Poder Executivo Municipal

PROCESSO Nº : 50586/2023

PARECER Nº : 22/2023

EMENTA : Dispõe sobre a gratificação dos membros da junta de recursos de infrações – JARI, conforme especifica.

1. Síntese da Proposição Legislativa

Trata-se de proposição de Projeto de Lei de autoria do Sr. Prefeito Maurício Rivabem, o qual “Dispõe sobre a gratificação dos membros da junta de recursos de infrações – JARI, conforme especifica”.

A proposição tramita no sistema eletrônico de proposições legislativas, tendo sido autuado no setor de protocolo sob o nº 50586/2023 com data de 21/08/2023, e é acompanhada de justificativa escrita, nos termos regimentais.

Atendendo ao disposto no art. 3º da Portaria 113/2023, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, a presente instrução jurídica abordará os aspectos jurídicos, de técnica legislativa e de redação da proposição legislativa, bem como apontará sugestão de comissões para tramitação da proposta.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

2. Identidade e Semelhança

Conforme disposto no § 3º do art. 121 do Regimento Interno, dever ser arquivada pela Presidência ou Comissão de Redação e Justiça, a tramitação de proposições com matéria idêntica e, no caso de semelhança, a proposição posterior deve ser anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes, nos termos do § 4º do mesmo artigo.

No trâmite da Proposição em análise, consta a informação do Setor Legislativo, **registrando a inexistência de proposição similar**, quer seja em trâmite, arquivada ou revogada.

Do exposto extrai-se a inexistência de óbice à regular tramitação da proposição, que deve ser objeto de apreciação pela comissão permanente competente para apreciar a admissibilidade.

3. Técnica Legislativa

As proposições legislativas, de acordo com o art. 117 e 118, RI, devem ser articuladas segundo a técnica legislativa, redigidas com clareza e em termos explícitos e sintéticos, que não contrarie normas constitucionais, legais, regimentais, e que não sejam genéricas.

Observa-se que consta no art. 1º e no primeiro parágrafo da justificativa a expressão “Lei Municipal nº 1614, de 22 de maio de 2022”, porém, essa lei municipal é do ano de 2002.

Dessa forma, há, portanto, um possível erro de digitação no ano da citada lei municipal que precisa ser corrigido.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

4. Considerações

Sob análise, o projeto de lei do Executivo nº 68/2023, de iniciativa do Prefeito, dispondo sobre a fixação, a título de gratificação, do valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) aos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, criada pela Lei Municipal nº 1614 de 22 de maio de 2002.

Em justificativa discorre o autor, em suma, que a referida junta é responsável pelo julgamento dos recursos decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Município de Campo Largo, sendo esta uma atribuição a mais dos servidores e/ou de membros externos, e que, a gratificação serviria de incentivo e de compensação de sobre a destinação dos recursos e sobre a origem dos recursos para abertura do crédito em superávit orçamentário.

Nesse sentido, está nítido que o tema tratado nesse Projeto de Lei é de interesse local, portanto, o Município é perfeitamente competente para legislar sobre esse assunto, nos termos do art. 30, I da Constituição da República.

Quanto a iniciativa do Projeto de Lei em tela, observa-se que não há qualquer vício, tendo em vista que o Prefeito é competente para iniciar projetos de lei que trata de assunto relacionados à matéria financeira, orçamentária e tributária.

O presente projeto de lei, cria a gratificação dos membros da Junta de Recursos de Infrações – JARI, o que conseqüentemente irá gerar aumento de despesa para a administração pública.

Nesse particular, sobre o projeto de lei que acarrete aumento de despesa, é importante trazer à baila a Lei Complementar nº 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal LRF), que tem a seguinte redação:





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

(...)

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Como se pode notar, o projeto de lei do Executivo nº 68/2023, ao criar gratificação, institui gastos que se enquadram na condição de despesas obrigatórias de caráter continuado, nos termos do art. 17 da LRF.

No caso em tela, a presente proposição não apresenta estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, nos termos do comando previsto no inciso I do art. 16 e nos, §§ 1º e 2º do art. 17, todos da LRF.

De acordo com o art. 17, §1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

E ainda, o art. 17, §2º, por sua vez, estabelece que tal ato deverá estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Analisando os documentos anexados ao presente projeto de lei, constata-se que somente há uma declaração do Sr. Prefeito para fins de informação de disponibilidade orçamentária financeira em cumprimento ao disposto no art. 16, II da Lei Complementar 101/2000.

Porém, não foi verificada a presença dos outros documentos exigidos pela mencionada Lei Complementar, como a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16,I) e comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

referido no § 1º do art. 4º, ou seja, não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, nos termos do art. 17, §2º da citada lei complementar.

5. Comissões competentes

As proposições, antes de serem submetidas ao Plenário para deliberação do mérito legislativo, em regra, devem ser submetidas a parecer das Comissões Permanentes como determina o art. 123, RI.

A repartição de competências das Comissões Permanentes é definida no Art. 42, RI, sendo vedada a manifestação sobre matéria alheia àquelas definidas regimentalmente. Incumbe ao Setor Legislativo sugerir, sem caráter vinculante, a tramitação da proposta pelas Comissões Permanentes.

6. Conclusão

Diante do exposto, feitas as considerações necessárias e pertinentes para a etapa inicial de discussão, constatou-se:

- 6.1. No art. 1º e primeiro parágrafo da justificativa, apresenta um possível erro de digitação na indicação do ano da lei municipal nº 1614, sendo o correto “1614/2002” e não “2022”;
- 6.2. Quanto ao objeto da lei, não há contrariedade formal ou material à Constituição da República e nem à Lei Orgânica de Campo Largo;
- 6.3. **Constata-se que faltam documentos necessários exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), notadamente no art. 16, I e art. 17.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Por fim, ressalta-se o caráter técnico instrumental do opinativo deste Parecer Jurídico Prévio, uma vez que a decisão de admissibilidade é de competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais.

Admitida a tramitação da proposta, deve ser observada a competência para análise dos aspectos técnicos especializados das demais Comissões permanentes em suas respectivas áreas de conhecimento.

Por fim, deve ser reservada ao Plenário a análise do mérito, oportunidade e conveniência da proposta normativa.

É o parecer jurídico prévio, salvo melhor juízo.

Campo Largo, 12 de setembro de 2023.

ANDERSON LOPES MARTINS
Advogado da Câmara Municipal
De Campo Largo – PR
OAB/PR 54.547

